

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL
MANIFESTO ¹**

COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL

14/06/07

¹ Documento elaborado pela Coordenação do Movimento Pró-Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, para entrega ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, em audiência realizada em 15/06/2007.

APRESENTAÇÃO

O Movimento Pró-Universidade Federal para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, formado por Movimentos e Organizações Sociais Populares e agentes públicos subscritos, apresenta, de forma sintética, as reflexões, experiências e desejos dos sujeitos sociais quanto à instituição a ser criada.

O presente documento compõe-se de quatro partes. A primeira parte, “Resgate do processo”, consiste numa breve síntese das principais atividades do Movimento Pró-Universidade Federal e da relação estabelecida com o Ministério da Educação – MEC até o momento, visando socializar e resgatar os compromissos até então assumidos.

A segunda parte do documento, “A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul”, apresenta algumas das principais características da Região do ponto de vista econômico, político, social, cultural e educacional, com o objetivo de identificar a importância de uma Universidade para o desenvolvimento dessa grande Região.

A terceira parte, “Justificativa”, apresenta alguns argumentos que justificam a importância e o papel de uma Universidade Federal para o desenvolvimento da Mesorregião.

A última parte, “A Universidade Federal e as Universidades Comunitárias”, apresenta, de forma sintética, o reconhecimento da importância das instituições de ensino superior comunitárias para a Região, bem como indicações para a construção de um processo de implantação da Universidade Federal de forma integrada.

RESGATE DO PROCESSO

O Movimento Pró-Universidade Federal teve início, de forma não articulada entre os três estados da Região Sul, ainda em 2005. No Rio Grande do Sul, iniciou com o objetivo de criação de uma universidade federal para o Norte do Estado. Foram organizados comitês municipais na maioria dos mais de 200 municípios, comitês regionais e o comitê estadual.

Em 10 de dezembro de 2005, foi realizada uma Audiência Pública em Ijuí, com a presença do Secretário Executivo do Ministério da Educação - MEC. Nesta audiência, o Movimento entregou o documento “Universidade Federal do Norte do Rio Grande do Sul – Proposta de criação”, moções de apoio e abaixo-assinados contendo milhares de assinaturas. O Secretário Executivo acenou com a possibilidade de criação da universidade e se comprometeu com a organização de audiências públicas nas diferentes regiões que compõem o Norte do Rio Grande do Sul. Estas audiências regionais foram realizadas em março de 2006, com a participação do Secretário Executivo do MEC, reunindo milhares de pessoas. Além disso, entre 2005 e 2006, também foram realizados diversos seminários e atos públicos em todas as regiões.

Em Santa Catarina, ainda em 2003, na abertura da EFAPI, em Chapecó, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que o Oeste teria uma universidade pública federal. Em maio de 2006, uma equipe da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a partir de uma Emenda Parlamentar do Deputado Federal Cláudio Vignatti (PT-SC), iniciou a elaboração de um projeto de Universidade.

No Paraná, várias entidades, tanto públicas como não-governamentais, realizaram encontros e seminários para discutir a demanda e a importância de uma universidade federal para o sudoeste paranaense.

Em 13 de junho de 2006, em audiência no MEC, o Ministro Fernando Haddad, sensibilizado com a diversidade produtiva e a identidade cultural da Região, aprovou a idéia de uma universidade federal para o Sul do Brasil (abrangendo o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná) e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Neste dia também foi acertada uma nova reunião para aprofundar o perfil da instituição e o processo de sua implantação.

Em 23 de junho de 2006, em Chapecó, durante o II Encontro Nacional da Habitação da Agricultura Familiar², o Presidente da República, Luiz Inácio Lula

² Encontro promovido pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf-Sul/CUT e pela

da Silva, confirmou a determinação do governo federal em implantar uma nova universidade federal no Sul do Brasil, contemplando o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná. “Vocês terão uma universidade”, afirmou o Presidente Lula, destacando que o Ministério da Educação já estava elaborando o projeto da nova instituição.

Em 22 de agosto de 2006, em nova audiência com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, na sede da Fetraf-Sul/CUT, em Chapecó, integrantes da coordenação do Movimento Pró-universidade Federal entregaram ao Ministro um documento contendo objetivos, justificativa, princípios e diretrizes para o projeto da nova instituição de ensino superior.

Em 18 de dezembro de 2006, o Movimento Pró-Universidade Federal para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul realizou um seminário em Chapecó. Nessa oportunidade, a Equipe da UFSC, responsável pela elaboração do projeto técnico da Universidade Federal, apresentou o documento ao Movimento e abriu possibilidade de acolher sugestões. No sentido de fortalecer o processo iniciado nos três estados do sul, definiu-se que a coordenação do Movimento seria feita pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - Fetraf-Sul/CUT e pela Via Campesina e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), entidades que têm atuação na Mesorregião.

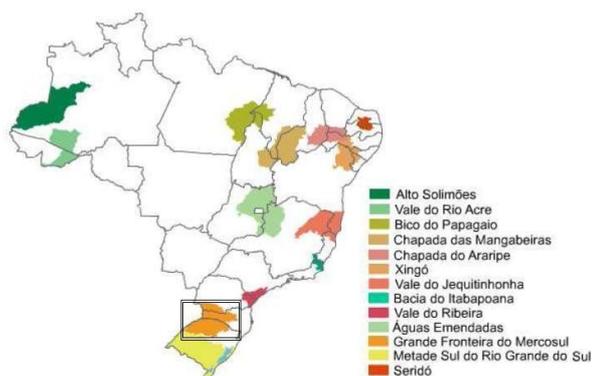
Em 24 de janeiro de 2007, a Coordenação do Movimento reuniu-se com o Secretário de Ensino Superior do MEC, Manuel Palácios, para debater o processo de criação da nova universidade. Na audiência, o Secretário comprometeu-se com a realização de uma ampla discussão do projeto, ressaltou a existência de previsão orçamentária para três *campi* (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), acenou com a possibilidade dos *campi* de Palmeira das Missões e de Frederico Westphalen serem incorporados à nova universidade, assumiu o compromisso com a realização de discussão a respeito de um plano de expansão de novos *campi* para os próximos anos. Além disso, ficou acertada a realização de um seminário conjunto entre o MEC e o Movimento Pró-Universidade Federal para discussão do formato e da proposta político-pedagógica da nova universidade. O referido seminário foi realizado no dia 13 de abril de 2007, sem a presença do Secretário de Ensino Superior, já que, dois dias antes, o professor Ronaldo Mota havia assumido como novo Secretário. Neste seminário, recompôs-se a Coordenação do Movimento que ficou constituída com um representante das seguintes entidades: Fetraf-Sul/CUT, Via Campesina, Central Única dos Trabalhadores, um representante das entidades estudantis e um representante das Igrejas. Elegeu-se, também, uma Equipe Técnica para contribuir na elaboração do projeto desta nova Universidade.

Enfim, o resgate do processo demonstra que passos consistentes foram dados, bem como a convicção quanto à demanda por ensino superior público e quanto ao papel estratégico de uma Universidade Federal para o desenvolvimento das potencialidades da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

A MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL

A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrange o norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná. Esta Mesorregião localiza-se em área de fronteira com a Argentina e compreende 381 municípios, com área total de 139 mil quilômetros quadrados e população de 3,7 milhões de habitantes.

Mesorregiões do Brasil



Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul



A Mesorregião tem a agropecuária e a agroindústria como base de sua estrutura produtiva e um grau de urbanização relativamente baixo em relação ao restante do País (em torno de 65%), concentrando parcela significativa da população na zona rural. Em relação à região Sul, a Mesorregião representa um quarto do território e da população. No entanto, o PIB da Mesorregião representa pouco mais de um décimo e o PIB *per capita* (US\$ 3.285) é 40% menor que o da região Sul (US\$ 5.320).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, do Ministério da Integração Nacional, classifica as microrregiões brasileiras como de “alta renda, baixa renda, dinâmicas e estagnadas”. A maior parte das microrregiões que compreendem a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul são classificadas como estagnadas. Os indicadores demonstram que a Mesorregião, em relação à Região Sul e ao Brasil, vem empobrecendo³.

A Mesorregião possui uma identidade histórica forjada desde a chegada dos imigrantes europeus. O processo de colonização trouxe consigo novos valores, formas de organização da produção e da vida comunitária, que implicaram na quase exclusão das populações nativas e negras. Ainda hoje, a forte presença de imigrantes europeus, juntamente com remanescentes de indígenas e mestiços, é uma característica marcante da Região. A religiosidade e o importante papel da igreja na organização do povo é também outro elemento característico da região.

³ Ministério da Integração Nacional. PNDR, 2005.

A Agricultura Familiar e Camponesa é um elemento estruturador e dinamizador do desenvolvimento da região. O processo de modernização do campo, conhecido como Revolução Verde, trouxe à região um padrão tecnológico danoso ao meio ambiente e dependente da indústria, impondo máquinas, sementes selecionadas, adubação química e agrotóxicos. Nesse processo, coube à Agricultura Familiar e Camponesa a liberação de mão-de-obra para os centros urbanos, o suprimento de matéria-prima para indústria, a geração de oferta de alimentos e produtos para exportação e a transferência de renda para o setor urbano.

Uma parte das famílias que permaneceu no campo foi inserida ao processo capitalista de desenvolvimento, submetida à lógica mercantil, produzindo, especialmente grãos para exportação ou carne e leite para as grandes agroindústrias. Os excluídos desse processo migram, tardiamente, para as periferias das cidades ou mantêm-se no campo, produzindo basicamente para a subsistência.

Tendo em vista a falta de uma base de dados da Mesorregião, enfocaremos alguns dados mais genéricos para concretizar nossa afirmação. Na Região Sul, a Agricultura Familiar e Camponesa representa 90,05% dos estabelecimentos, o que corresponde a 907.635 famílias, e responde por 57% do Valor Bruto da Produção do setor agrícola⁴. Pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIFE⁵, encomendada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, revela que a participação das cadeias produtivas da agricultura familiar respondeu, em 2003, por 10,1% do PIB nacional. No total, a agricultura familiar movimentou R\$ 156,6 bilhões, o que corresponde um terço do PIB do agronegócio, respondendo por 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% da carne suína, 52% do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos e 31% do arroz produzidos no Brasil. Mesmo não dispondo de dados neste momento, é incontestável a concentração da Agricultura Familiar e Camponesa na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

O setor urbano industrial da Mesorregião possui uma profunda interdependência com a agropecuária, a exemplo das empresas agroindustriais. O oeste Catarinense - espaço de predominância dos grupos agroindustriais - é um dos três principais complexos de atividades do setor industrial de Santa Catarina. Alguns dos principais grupos nacionais do setor agroindustrial, como Sadia, Chapecó, Perdigão e Ceval, localizam-se em Chapecó, Concórdia, Videira e Caçador. No Rio Grande do Sul, o eixo dinâmico da agroindústria é liderado pelas cidades-pólo de Erechim, Passo Fundo, Carazinho, Santo Ângelo, Santa Rosa, Cruz Alta e Ijuí. Além do setor agroindustrial, há uma forte presença de micro e pequenas empresas industriais e comerciais, também com intensa relação entre a cidade e o campo.

Cabe destacar ainda a importante rede de serviços que se constituiu para viabilizar e dinamizar os processos econômicos, sociais e culturais da Região. Seguindo a dinâmica da concentração populacional em centros regionais, já citados acima, este setor desenvolveu uma significativa inserção na vida e na dinâmica da população, suprimindo as demandas de saúde, ensino, informação, tecnologia, cultura entre outros.

Um importante eixo de desenvolvimento para a Mesorregião, ainda em construção, é o do turismo, com forte potencial de geração de emprego e renda. São muitos os municípios que apresentam potencial para o desenvolvimento de pólos de ecoturismo ou para o desenvolvimento de esportes de aventura, além do turismo rural.

Do ponto de vista político, desenvolveu-se na Mesorregião uma dinâmica de

⁴ IBGE. Censo Agropecuário, 1995/96.

⁵ PIB das cadeias produtivas da Agricultura Familiar... FIFE/USP. Ed. MDA, 2005.

organização de diferentes sujeitos sociais, determinando um rico aprendizado para a participação política e social. Como reflexo, surgiu uma densa rede de organizações da sociedade civil, a exemplo do Movimento Sindical, Movimento Popular, Movimento Cooperativo, ONGs, Associações de Municípios e Conselhos, que constitui um grande patrimônio social e que serve de modelo para outras regiões do País.

A Igreja desempenhou um importante papel no processo de desenvolvimento social e político nesta Região, influenciando nas formas de organização econômica e cultural da população. O trabalho iniciou muito cedo com a organização escolar primária em algumas localidades e avançou para o incentivo de formas associativas políticas e econômicas durante os anos 70 e 80 do século XX. Merece destaque especial o trabalho desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base, especialmente no Alto Uruguai e Sudoeste do Paraná, que constituíram uma identidade diferenciada com base no associativismo, na luta política e no trabalho.

É também nesta Mesorregião que se desenvolveu um importante movimento cooperativo desde a primeira metade do século passado, constituindo as chamadas cooperativas tradicionais. Recentemente, a partir da ação do Movimento Sindical e Popular, foram criadas novas cooperativas de produção (a exemplo do Sistema Coorlac), agroindústrias familiares, cooperativas de crédito (a exemplo do Sistema Cresol) e cooperativas de habitação (a exemplo da Cooperhaf).

O conjunto de municípios que compõe a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul é marcado pelo número expressivo de municípios com população inferior a 20.000 habitantes. No ano de 2006, haviam 345 municípios incluídos nesta faixa, o que representava 90,7% do total de unidades que compõem a Mesorregião. No outro extremo, apenas 02 municípios possuíam população superior a 100.000 habitantes (Passo Fundo/RS e Chapecó/SC).

Os pequenos municípios da Região são caracterizados pelo empobrecimento social refletido nas condições de moradia de parcela significativa da população, deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação. Esse conjunto de elementos, associado à dificuldade de geração de trabalho e renda para a população, acaba gerando êxodo rural e emigração regional. Estes pequenos municípios carecem de uma instituição com capacidade de produzir conhecimento e tecnologia para articular políticas públicas no sentido de gerar um processo e desenvolvimento capaz resolver este conjunto de problemas.

Parcela da população residente no meio urbano desta Mesorregião, concentrada especialmente nas cidades-pólo já citadas, enfrenta vários problemas, alguns comuns aos grandes centros urbanos e outros específicos de cidades localizadas em regiões distantes das capitais dos Estados. Entre estes problemas destacam-se o crescimento do desemprego, da pobreza, da violência, da falta de moradia e do deficiente saneamento básico. Cabe destaque ainda a baixa qualificação profissional, os baixos salários, as poucas oportunidades de opção profissional, a falta de oportunidades de educação superior, especialmente pela distância das Universidades Federais. Destaca-se ainda a falta de condições financeiras da maioria dos jovens de pagar sua formação superior.

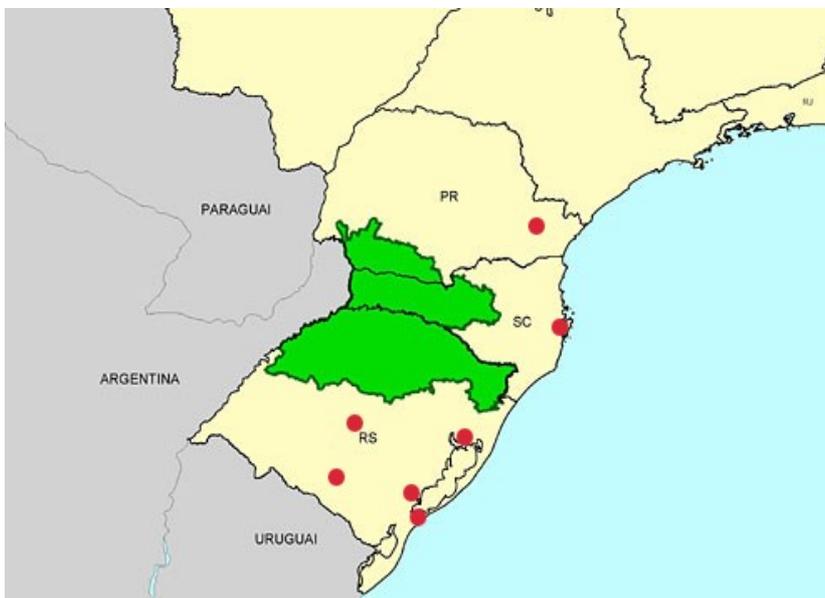
Geograficamente distante dos centros de decisão política dos estados e da União, a Mesorregião apresenta, desde sua colonização, uma trajetória marcada por baixos investimentos estatais e pela ausência de equipamentos públicos essenciais ao seu processo de desenvolvimento. Os investimentos em desenvolvimento na Região seguiram a lógica da geração de empregos através da implantação de grandes em-

preendimentos econômicos privados, dando margem à aceleração de processos concentradores de riqueza e renda.

É especialmente a partir da luta e ação das Organizações e Movimentos Sociais desta Região que um conjunto de programas e políticas públicas foi construído nas últimas duas décadas: a aposentadoria de um salário mínimo para o homem e a mulher do campo; Pronaf; o Seguro da Agricultura Familiar; o Programa de Habitação Rural; o Sistema Único de Saúde – SUS; programas na área da educação. Apesar de serem consideradas políticas com características de assistência social são inegáveis os impactos causados por elas, pois são responsáveis pela manutenção de milhares de famílias no campo e na cidade e pelo desenvolvimento de regiões e municípios, especialmente os de pequeno porte, demonstrando que uma intervenção direta do Estado pode estabelecer uma nova realidade.

A ausência ou os baixos índices de investimentos estatais na Mesorregião são particularmente ilustrativos no que se refere à educação. No passado, para garantir educação aos filhos, os imigrantes tiveram que criar as chamadas escolas da comunidade, já que, somente a partir da segunda metade do século XX, percebe-se uma presença mais forte do Estado na área da educação. Em termos de educação superior pública, a ação do Estado na Mesorregião continua ausente. O ensino superior público foi pensado pelas e para as elites dominantes, o que justifica a inexistência de Instituições Federais de Ensino Superior na Mesorregião. Enquanto outras regiões contam com Universidades Públicas Federais e/ou Estaduais, as Universidades Públicas mais próximas da Mesorregião encontram-se, em média, a mais de 400 quilômetros de distância.

IFES da Macrorregião Sul



Em decorrência da falta de ação do Estado na área, são criadas as chamadas Universidades Comunitárias e, mais recentemente, inúmeras instituições privadas. Esse modelo apresenta limites ao atendimento generalizado à população, justamente por estar condicionado à cobrança de mensalidades para sobreviver, o que exclui os mais carentes. Assim, a exclusão tem um claro recorte social, visto que impede justamente o acesso ao ensino superior da população com menor poder aquisitivo. Este processo, além de excludente, é injusto, na medida em que contribui para extrair renda da população mais pobre. Assim como no passado os imigrantes tiveram que bancar a

“educação básica”, hoje justamente a população de baixa renda é novamente obrigada a pagar para garantir aos filhos um curso superior. Na área da pesquisa e da extensão, os limites deste modelo são ainda maiores.

Se, por um lado, temos enormes avanços em termos de políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar e Camponesa, por outro lado, as políticas públicas de educação superior com capacidade de inovação científica e tecnológica indispensável para a inserção econômica qualificada ainda estão muito distantes. Esta realidade contribui com o deslocamento populacional do campo para a cidade, dos pequenos municípios para as cidades-pólo de cada microrregião e, principalmente, da Mesorregião para outras regiões, num processo conhecido como litoralização da população. Tal movimento vem minando as forças produtivas locais e dificultando a geração de um processo de desenvolvimento endógeno.

Por essa razão, a oferta de ensino superior público e gratuito, especialmente à população mais carente, articulada com um forte investimento em pesquisa e extensão, que atenda os três Estados da Mesorregião com diversos *Campi*, é condição essencial ao desenvolvimento regional. É nesse sentido que ganha força a proposta de construção da Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul como estratégica para a promoção do desenvolvimento regional.

JUSTIFICATIVA

Existe certo consenso na sociedade brasileira que o desenvolvimento e a qualidade de vida estão intrinsecamente relacionados com o nível educacional, cultural e científico da nação. Estes aspectos dependem fundamentalmente do valor, alcance e qualidade do ensino superior na promoção da justiça social.

O conceito republicano de educação como bem público exige que o Estado priorize investimentos nas instituições públicas e crie as condições objetivas na busca de qualidade, ampliação do acesso e expansão da universidade pública, tendo por objetivo avançar na produção de conhecimentos e contribuir para o desenvolvimento social, econômico, cultural e científico do país, favorecendo a inclusão da diversidade étnico-cultural e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Trabalhamos com a compreensão que as Universidades precisam ser pensadas e estruturadas em conexão com os grandes impasses que deverão ser superados pelo Brasil nas próximas décadas. Neste sentido, a interação das instituições de ensino superior com as vocações regionais e locais é uma premissa básica para constituir os alicerces de um novo projeto de desenvolvimento.

A partir destas premissas gerais, a ampliação da oferta de ensino superior público constitui-se como um elemento central para a promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico do país e de suas macro-regiões. A oferta do ensino superior nas diversas regiões do país cria condições para a dinamização do desenvolvimento em bases sustentáveis a partir da comunidade local e regional.

É indispensável salientar que a Mesorregião tem aspectos que podem ser potencializados com a implantação de uma universidade pública. Destacam-se: a capacidade empreendedora e de trabalho cooperativo; a estrutura de produção agroindustrial que engloba a tradição, tecnologia, agricultura familiar, agroecologia e produção diversificada; recursos naturais e a diversidade ambiental, com destaque no Aquífero Guarani e à Bacia do Rio Uruguai; diversidades culturais, decorrentes da composição étnica e da preservação das culturas; potencial turístico; presença de alguns parques industriais competitivos na área metal-mecânica, agroindustrial, móveis, confecções, eletroeletrônica e extrativa-mineral; funcionamento ainda de forma deficiente do sistema de saúde e infra-estrutura como transporte, energia e comunicações e localização geográfica em relação ao Mercosul.

Além disso, as Universidades têm um papel premente no que concerne a elaboração de políticas públicas e de construir mecanismos de avaliação das gestões públicas, tendo como referência as grandes questões contemporâneas, como o combate a exclusão social e a promoção do desenvolvimento regional e local em bases sustentáveis. São as universidades que formam a maioria dos gestores, tanto do Estado como da sociedade civil, constituindo-se num espaço privilegiado para desenvolver a formação profissional numa perspectiva integral, incorporando aspectos multidisciplinares, buscando suprir as carências teórico/práticas dos discentes em

diferentes áreas como agricultura familiar, saúde pública, educação, habitação, desenvolvimento sustentável, economia, gestão pública...

Neste contexto, a Universidade tem o papel de promotora e indutora de ações para: a implantação de programas de capacitação profissional adequados à demanda associada às cadeias produtivas da Mesorregião; a implantação de novas tecnologias tanto no processo de agroindustrialização como em outros setores industriais, ou seja, vinculadas à matriz produtiva da Região, produção e exportação de produtos de maior valor agregado, que geram emprego, renda, acesso à qualificação em processos industriais específicos; o aproveitamento sustentável e adequado dos recursos turísticos, incentivando a criação de organizações regionais (infra-estrutura: restaurantes, hotéis, transporte, etc.) de turismo geradoras de emprego e renda e melhor qualidade de vida; a implementação de uma gestão ambiental voltada à preservação e manejo dos recursos hídricos das bacias da mesorregião do Aquífero Guarani, da reciclagem de resíduos sólidos para reaproveitamento; fortalecimento da identidade cultural da Região, entre outros.

Espera-se que a médio e longo prazo, a Universidade deva ser a promotora de parcerias para o desenvolvimento tecnológico de instituições integrantes da matriz produtiva da Mesorregião. Espera-se um impacto no desenvolvimento científico e tecnológico nos diferentes setores econômicos da Região através da formação de mão-de-obra qualificada, da pesquisa, do desenvolvimento de novos produtos com maior valor agregado e de novas tecnologias.

A UNIVERSIDADE FEDERAL E AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS

Num contexto de ausência do poder público e considerando a distância das Universidades públicas, bem como a demanda de ensino superior, de ciência e tecnologia, a sociedade mesorregional, implantou o Ensino Superior Privado, originando o modelo das Universidades Comunitárias. Na porção gaúcha da Mesorregião estão sediadas a Universidade de Passo Fundo/UPF, a Universidade de Ijuí/Unijuí, a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/URI e a Universidade de Cruz Alta/Uni-Cruz. Na porção catarinense, estão implantadas a UNOESC, UnoChapecó e a UNC.

Na medida do possível estas instituições, supriram a ausência do Estado. Entretanto, possuem um fator limitante, já que para se viabilizar dependem do ensino pago. Ao alcançarem a condição de universidade, promoveram uma transformação quantitativa na oferta de ensino, como também uma mudança qualitativa na dimensão finalística e no desempenho em razão da estrutura requerida pela legislação para instituições desta natureza. No contexto da economia regional, as dificuldades também aumentaram na medida em que ao custo do ensino passou-se a agregar o dispêndio com a pesquisa e a extensão.

Estas universidades, que representam o produto mais acabado resultante da capacidade social na formação histórica da Região, certamente continuarão a desempenhar relevante papel na oferta de ensino superior, ciência e tecnologia, demandado pelo desenvolvimento regional, visto que a implantação de uma Universidade Federal está longe de atender integralmente a demanda. Para exemplificar isso se analisa os dados de 2003, quando demonstram que nesta Macrorregião o conjunto das Universidades públicas proporcionou a oferta de 20.416 vagas. Para disputá-las, inscreveram-se 207.835 candidatos. Ou seja, aproximadamente 90% do público potencial para iniciar o Ensino superior não têm atendimento nas universidades públicas.

Seja pela demanda de vagas ou pelo trabalho construído historicamente é que as Universidades comunitárias merecem a consideração e apoio do poder público. É possível, constituir uma universidade pública na Mesorregião sem que isso implique na concorrência direta na atuação das Universidades Comunitárias, bastando para isso definir papéis específicos para cada instituição, no sentido de implementar uma atuação que busque a complementaridade e a integração. Especificamente, isso significa definir o foco de atuação de cada instituição, procurando estabelecer para a Universidade Pública papéis que não são desempenhados pelas Universidades Comunitárias.

Assinam:

FetraF-SUL/CUT

VIA CAMPESINA

MST – Movimento Sem Terra

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

CUT Estadual de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul

Cresol Central - Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Cooperativas de Produção da Agricultura Familiar

Senadora Ideli Salvatti

Deputado Federal Claudio Vignatti

Deputado Federal Marco Maia

Deputado Estadual Ivar Pavan

Deputado Federal Adão Preto

Deputado Estadual Luciana Rafagnin

Deputado Estadual Dirceu Dresh

Deputado Estadual Dionilso Marcon